

Eleições: Número de candidaturas em 2024 é o menor dos últimos 16 anos no Vale do Paraíba e região



O número de pessoas que vão disputar uma vaga na política das 46 cidades do Vale do Paraíba e região bragantina no próximo dia 6 de outubro está menor. É o que apontam os dados do Tribunal Superior Eleitoral, que mostrou que a região tem o menor número de candidaturas nos últimos 16 anos.

Segundo o levantamento feito pelo g1, com base nos dados do TSE, são pelo menos 6.741 candidatos que disputam os cargos de prefeito, vice e vereador nas eleições municipais deste ano. O número foi atualizado pela última vez nesta quarta-feira (4).

O número de candidaturas no pleito deste ano representa uma queda de 19,2% na comparação com as últimas eleições municipais, realizadas em 2020, ainda durante

a pandemia da Covid-19. Na ocasião, de acordo com o TSE, foram 8.341 pessoas que resolveram se candidatar aos três cargos em disputa no pleito municipal em toda a região. A última vez que a região teve um número menor do que as 6,7 mil candidaturas deste ano foi no pleito de 2008. À época foram 5.297 candidaturas em 43 das 46 cidades. O número menor de cidades é devido ao sistema do Tribunal Superior Eleitoral não mostrar as candidaturas em Aparecida, Potim e Roseira. O g1 acionou o Tribunal Regional Eleitoral de SP, mas segue aguardando retorno.

De 2008 para cá, o número de candidaturas só subiu na região: passou para 7.286 em 2012 e 7.650 em 2016. Quatro anos depois, em 2020, 8.341 candidaturas foram

registradas no sistema do TSE. Detalhadamente, o número separado de candidaturas por cargos (prefeito, vice-prefeito e vereador) também acompanha o total registrado na região. Em 2020, pelo menos 7.869 pessoas se candidataram ao cargo de vereador. Neste ano, o número caiu para 6.398, representando uma queda de 18,7%. O número de candidatos a prefeito teve uma queda ainda maior na comparação com a disputa eleitoral de 2020: -26,5%. Isso porque, segundo os dados do TSE, foram 234 candidaturas em 2020 contra 172 neste ano. A queda, contudo, tem uma explicação: segundo o cientista político José Maurício Rego a mudança nas regras impostas pelo Tribunal Superior Eleitoral fez com que esse número fosse menor.

Prédio de loja de móveis atingido por incêndio segue interditado em Aparecida, SP



Defesa Civil vai fazer uma vistoria no local nesta sexta-feira para avaliar se houve danos à estrutura do prédio. Origem do fogo ainda é desconhecida. O prédio e um galpão da loja atingidos por um incêndio seguem interditados na manhã desta sexta-feira (6), em Aparecida (SP). Os locais passarão por vistorias da Defesa Civil para avaliar se o fogo provocou danos às estruturas dos imóveis. Uma

casa e uma loja ao lado, que chegaram a ser interditados preventivamente após o incêndio, já foram liberados. O incêndio aconteceu por volta das 14h de quinta-feira na Avenida Padroeira do Brasil. As chamas atingiram os três andares do prédio, além do galpão ao lado, que também pertence à loja. Em pouco tempo, uma fumaça escura se espalhou. Os 22 funcionários do local conseguiram sair antes

de o fogo se alastrar. Ninguém se feriu. Também não se sabe a origem do fogo.

Os Bombeiros levaram cerca de 1h30 para combater as chamas. O trabalho, no entanto, seguiu por horas no rescaldo da ocorrência, para evitar que o fogo voltasse.

Foram empenhados pelo menos 18 bombeiros, com o auxílio das equipes de Aparecida, Lorena, Guaratinguetá e Cachoeira Paulista.

A GAZETA DOS MUNICÍPIOS

[Acesse o QR code e conheça nosso site
www.agazetadosmunicipios.com](http://www.agazetadosmunicipios.com)

Contato: (12) 3672-2257
WhatsApp: (12) 99196-2417
E-mail: publicacoesgazeta@hotmail.com





A Gazeta dos Municípios

Caçapava, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Cunha, Ilhabela, Jambéiro, Lagoinha, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraíba, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santa Branca, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luís do Paraitinga, Taubaté, Tremembé e Ubatuba

DIRETOR RESPONSÁVEL : DANIEL DOMINGUES RIBEIRO

Cadastre-se pelo whatsapp

(12)991962417 e receba

gratuitamente a edição

diária do jornal via

whatsapp



Tel (12) 36722257

publicacoesgazeta@hotmail.com

Unitau vai fazer leilão em oitava tentativa de alugar prédio na Praça da Eletro, em Taubaté



Prédio localizado na região central da cidade já foi alvo de uma tentativa do prefeito José Saud (PP) para abrigar o novo paço municipal, mas negociação não avançou. Últimas sete tentativas de locação por licitação não atraíram interessados. A Universidade de Taubaté (Unitau) publicou nesta quinta-feira (5) um edital de leilão para locação de um prédio na praça Monsenhor Silva Barros, conhecida como Praça da Eletro. Essa é a oitava tentativa da Unitau em alugar o imóvel, onde por muitos anos funcionou um supermercado. O local também era pretendido pelo prefeito José Saud (PP) para abrigar o Paço Municipal, mas a negociação não avançou. Segundo o documento, o contrato de concessão

para uso do prédio na região central da cidade terá duração total de 15 anos. O valor mínimo mensal é de R\$ 141,9 mil, o que totaliza mais de R\$ 25,5 milhões em todo o período. O local é avaliado em R\$ 44 milhões. A abertura dos envelopes está prevista para às 9h30 do dia 27 de setembro. O edital prevê que vencerá o concorrente que oferecer o maior valor para locação do prédio. Procurada pelo g1, a Unitau explicou que republicou o edital após adequação à nova lei de licitações, que está em vigor desde janeiro deste ano. Histórico Essa é a oitava tentativa da Unitau em alugar o prédio da Praça da Eletro. Em ocasiões anteriores, a universidade colocou como mensalidade mínima o valor de R\$ 204 mil

por mês, pelo mesmo período de 15 anos. O prédio já chegou a ser alvo da Prefeitura de Taubaté em uma tentativa de desapropriação. Em junho do ano passado, porém, o Ministério Público instaurou um inquérito para apurar possível abuso de direito por parte do Executivo. O imóvel era onde o prefeito José Saud (PP) queria instalar a nova sede da administração municipal - a mudança é uma das promessas de mandato do político, que concorre à reeleição para o próximo ano. Na época, a prefeitura explicou que uma área técnica da gestão avaliou como vantajosa a utilização do local como sede após o fechamento permanente de um supermercado, que tinha contrato de aluguel com a área até o mês de abril do ano passado.

EXPEDIENTE

JORNAL DIÁRIO E REGIONAL A GAZETA DOS MUNICÍPIOS

Editada por Editora Flor do Vale Jornalismo
Comunicação e Promoção Ltda.

CNPJ: 61.661.328/0001-43

Rua dos Lírios, 171- Flor do Vale - Tremembé - SP

Tel. (0xx12) 3672-2257

Fax (0xx12) 3672-4831

CEP 12120-000

E-mail: publicacoesgazeta@hotmail.com

Registro no INPI 81717790

Impresso em 06/09/2024

Diretor responsável pela publicação:

Daniel Domingues Ribeiro PRT 004860

Diretora Comercial: Dolores Russo

Editores: Redação Eletrônica e Impressão: Pré Impressão Gráfica - SP - Capital.

Representante em São Paulo.

REVESP Representações Ltda.

Alameda dos Jurupes, 455

Conj. 46 - São Paulo - CEP 04088-001

Filiado a ADJORN Associação dos

Jornais do Interior.

Sistema de distribuição dirigida.

Matérias pagas ou autografadas, não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Atenção: Este jornal é distribuído à todas as Prefeituras e Câmaras Municipais do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Região Serrana, além de vários órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

Aviso: Não existe falta de jornais para demanda diariamente. Edições atuais e de arquivos estão sempre a disposição no endereço: Rua dos Lírios nº 171, Bairro: Flor do Vale, Tremembé-SP, onde poderão ser retiradas.

Assédio eleitoral: patrão que tenta determinar voto de funcionário comete crime; veja como denunciar

Em 2022, durante as últimas eleições, o Ministério Público do Trabalho, na sede da região administrativa de São José dos Campos, registrou 20 denúncias de assédio eleitoral. Empregador que cometer esse crime pode ser multado, ser obrigado a pagar indenização, sofrer processo judicial e, se condenado, pode até ser preso. O empregador que coagir, ameaçar ou prometer benefícios para que um funcionário vote em determinado candidato nas eleições configura crime de assédio eleitoral, segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT). Em 2022, durante as últimas eleições no país, o MPT, na sede de São José dos Campos, que atende municípios do Vale do Paraíba, recebeu ao menos 20 denúncias de assédio eleitoral. Desse casos, 12 resultaram em recomendações do órgão para as empresas, solicitando que os locais tomassem providências diante das denúncias. Neste ano, o Ministério Público do Trabalho já está recebendo denúncias de assédio eleitoral. Até o início desta quarta-feira (4), nenhum trabalhador da região havia prestado queixa de assédio eleitoral para o órgão.

Até o momento, segundo o MPT, já há investigação em andamento sobre funcionários do estado de São Paulo que denunciaram a prática

criminosa no local de trabalho, como nas cidades de Bauru, Campinas, Guaiçara, Itapira, Jundiaí, Leme, Paulínia, Penápolis e São José do Rio Preto.

A medida visa garantir a proteção dos direitos dos trabalhadores e coibir práticas que violem a liberdade de expressão e de escolha política. Todo o processo é feito de forma sigilosa, sem identificar o trabalhador que fez a denúncia. O órgão explica que o assédio eleitoral ocorre sempre que há uma intimidação do empregador, utilizando de sua estrutura empresarial e de seu poder diretivo, para modificar o voto do trabalhador. São exemplos de assédio eleitoral: ameaça de demissões a depender do resultado das eleições; obrigar a utilização de uniformes alusivos a determinado candidato; incentivos financeiros ou promessas de promoção condicionados à vitória de determinado candidato; reuniões internas com o objetivo de mobilizar o voto dos trabalhadores; proibir a locomoção do empregado no dia da eleição, impedindo-o de votar, entre outras ações de coação. Segundo o MPT, além de representar uma violação à Constituição Federal, o assédio eleitoral pode resultar em indenização judicial e constitui crime previsto no Código Eleitoral, com pena de reclusão

de até 4 anos e multa. Como provar o assédio eleitoral?

Segundo o MPT, a prática do assédio eleitoral pode ser comprovada de diversas formas, como por mensagens, e-mails, comentários e postagens em redes sociais, documentos, imagens, áudios, ligações telefônicas gravadas, vídeos, registros de ocorrências em canais internos da empresa ou órgãos públicos.

É possível ainda provar o assédio eleitoral através de testemunhas que presenciaram a conduta assediadora ou tiveram conhecimento dos fatos. Como denunciar?

Um funcionário que sofrer assédio eleitoral pode fazer a denúncia de forma sigilosa. Para formalizar sua denúncia no MPT, o trabalhador pode fazer a queixa pelo site - clique aqui para acessar. Além do site, o trabalhador pode fazer a denúncia por telefone, por e-mail ou pessoalmente na sede local do MPT. Denúncias desse tipo também podem ser encaminhadas aos sindicatos da categoria.

No Vale do Paraíba, a sede do MPT fica em São José dos Campos, na Av. Cassiano Ricardo, 601 - Parque Residencial Aquarius, no prédio The One Office Tower. O telefone para contato é o (12) 3131-0050. O local atende de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h.

Obras no Viaduto da CTI, em Taubaté, são suspensas por quatro meses



Segundo a prefeitura, a medida foi necessária por conta da falta de um repasse do Governo de SP. As obras haviam sido iniciadas em maio e tinham prazo de seis meses. A Prefeitura de Taubaté suspendeu por quatro meses as obras no viaduto da CTI, que fica na avenida Charles Schneider. A informação foi publicada inicialmente pelo Jornal Ovale e confirmada pela Rede Vanguarda. A suspensão das obras foi publicada em Diário Oficial. Segundo o documento, a suspensão temporária de quatro meses (120 dias) passou a contar a partir de 9 de agosto - com isso, as obras devem ser retomadas no início de dezembro deste ano.

A obra havia sido iniciada em maio deste ano - após diversas tentativas de licitação por parte da gestão municipal - e tinha como prazo de 180

dias.

De acordo com a gestão municipal, a paralisação dos trabalhos foi necessária "em razão da falta de repasse do governo estadual referente ao valor de R\$ 450 mil, o que inviabilizou, momentaneamente, a continuidade dos serviços".

O valor total da obra é de aproximadamente R\$ 2.628.287,22, com contrapartida do Estado de R\$ 1,5 milhão, segundo a prefeitura.

Questionada pela reportagem, o Governo de São Paulo explicou que técnicos trabalham para auxiliar a cidade e que um documento está em processo de aditamento para prosseguimento do convênio.

As obras são realizadas pela empresa Jatobeton Engenharia, de Recife (PE), sob supervisão da Secretaria de Obras de Taubaté. O contrato, que inclui as obras do 'viadu-

to torto', custará R\$ 5,2 milhões no total.

A maior parte será bancada por meio de repasses do governo estadual e o restante ficará sob responsabilidade da prefeitura. A Prefeitura de Taubaté concluiu que, até a pausa, o viaduto da avenida Charles Schneider recebeu serviços de "lixamento, limpeza, tratamento de armaduras, recomposição de armaduras em áreas com elevado grau de corrosão e injeção de resina estrutural nas trincas".

No caso do 'viaduto torto' (viaduto Vereador Fábio Bueno Patrício) as obras tiveram início no começo de abril e seguem em andamento, também com prazo de 180 dias.

A Jatobeton foi procurada, mas não comentou sobre o assunto até a publicação da reportagem.

Demissões por discriminação cresceram 11% no Vale do Paraíba em 2023



Dados do Tribunal Regional do Trabalho mostram o balanço de casos registrados nas varas de São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Caçapava e Pindamonhangaba. Dados do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região (TRT-15) mostram que o número de demissões por discriminação cresceu 11% no ano passado no Vale do Paraíba.

De acordo com o levantamento, foram 114 dis-

pensas discriminatórias realizadas nas varas de São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Caçapava e Pindamonhangaba entre janeiro e dezembro do ano passado. No mesmo período de 2022, o TRT-15 havia registrado um total de 103 dispensas por discriminação na região. Neste ano, até o mês de julho, haviam sido 85 casos registrados no Tribunal.

As dispensas discriminatórias acontecem quando

um funcionário alega que foi demitido pelo empregador por aspectos pessoais e não profissionais. As discriminações abrangem preconceitos por gênero, raça, idade, condição de saúde, orientação sexual e deficiência.

Nos últimos cinco anos, a região registrou um pico dos casos de dispensa discriminatória em 2020, durante a pandemia da Covid-19. Na ocasião, foram 161 casos registrados no TRT-15.

Estado de SP cria selo de certificação para produtos artesanais

A cadeia de produtos artesanais do Estado de São Paulo ganhou um selo de certificação que garante, para além da segurança de consumo, o alto valor agregado dos produtos artesanais. Por meio de portaria da

Defesa Agropecuária paulista e da Coordenação de Desenvolvimento dos Agronegócios, a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento concedeu, nesta segunda-feira (2/9), o selo para todos os estabe-

lecimentos artesanais reconhecidos pelo Serviço de Inspeção de São Paulo (SISP). O lançamento ocorreu em Campinas, durante a celebração dos 26 anos da Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo.

Brigadistas controlam novo foco de incêndio em Cunha, SP



Segundo a Defesa Civil, um novo foco de incêndio foi registrado na cidade nesta quinta-feira (5), mas já controlado. Operação contra queimada em Bom Jesus dos Perdões continua. Brigadistas conseguiram controlar, no início da tarde desta quinta-feira (5), um novo foco de incêndio que foi registrado em Cunha (SP) durante a manhã. A cidade havia sido incluída na lista da Defesa Civil de São Paulo, que monitora todos os focos ativos de incêndio no estado. Segundo o órgão, porém, a queimada foi extinta na cidade por volta das 14h.

No início da semana, uma outra queimada atingiu uma área de difícil acesso no Parque Estadual da Serra do Mar, mas foi controlada na terça-feira (3). De acordo com a Fundação Florestal, responsável pela administração do parque, o foco de incêndio registrado nesta quinta-feira

(5) atingiu uma área próxima ao local, mas fora do espaço do parque.

Incêndio em Bom Jesus dos Perdões

Em Bom Jesus dos Perdões, o incêndio - que já dura três dias - atinge uma área de preservação ambiental. A Fundação Florestal estima uma destruição de aproximadamente 100 hectares, equivalente a 140 campos de futebol.

A queimada de grandes proporções acontece em uma região de mata dentro do Parque Estadual Itapetinga, que é uma Unidade de Conservação (UC), desde terça-feira (3).

O local atingido fica próximo a pontos turísticos da cidade, como a Cachoeira do Barroco e a Pedra do Coração, localizados em uma região de vegetação atrás da Pedra Grande, em Atibaia. De acordo com apuração da TV vanguarda no local na manhã desta quinta-feira (5), parte das cha-

mas foi controlada na última noite, mas voltou na madrugada por conta do vento e do tempo seco - uma reiguição dos focos de incêndio.

Por conta disso, cerca de 30 pessoas, entre bombeiros, agentes da Defesa Civil, funcionário da Fundação Florestal e voluntários de uma ONG seguem no local para resolver o problema. A região atingida pelas chamas é de difícil acesso, com diversas montanhas. O helicóptero Águia da Polícia Militar foi acionada na quarta-feira (4) e despejou centenas de litros de água para tentar resfriar algumas áreas sem acesso por terra. Caminhões-pipa e caminhonetes com tanques de água conseguem chegar só até alguns pontos. A partir do limite, os brigadistas seguem a pé com a água. Com o uso de drones, a Rede Vanguarda fez imagens que mostram a dimensão do incêndio na quarta-feira (4).

A Gazeta dos Municípios
Tudo o que você lê aqui!
Você encontra em:
www.agazetadosmunicipios.com
Contato: (12) 3672-2257